

A PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO E O COTIDIANO ESCOLAR

Sandra de Castro Pereira*

RESUMO:

Os baixos índices do desempenho educacional aliado às exigências de melhoria e da universalização do ensino, realizadas pelos órgãos e instituições internacionais, são os elementos norteadores da política pública de educação do Estado de São Paulo. O discurso do governo destaca o professor como o principal responsável pelo baixo rendimento, atrelando este à má formação e ao descompromisso desses profissionais. Essa visão reduz a problemática educacional a um elemento, enquanto na verdade várias pesquisas desenvolvidas já concluíram que esta problemática é resultado de fatores externos e internos da escola. Seguindo sua linha de raciocínio, o Governo do Estado de São Paulo implementou uma Proposta Curricular, a qual na prática impossibilita a sala de aula como lugar de criação.

PALAVRAS CHAVES:

Educação, Proposta Curricular e Cotidiano escolar

ABSTRACT:

THE SÃO PAULO STATE CURRICULUM PROPOSAL AND THE EVERYDAY OF SCHOOL. The low indices of educational performance joined to requirements of improvement and universalization of education performed by organizations and international institutions, are the guiding elements of the public policy of São Paulo Education. The government speech emphasizes the teacher as the main responsible by the low performance, pointing the bad formation and the absence of engagement. This view minimize the education problems to only one element, however some research already concluded that this problematic is a result of school external and internal factors. Following his reasoning the São Paulo government state has implemented a Curriculum proposal that turns the classroom a place improper to creation.

KEY WORDS:

Education, Curriculum Proposal, school everyday.

A angústia motivada pela desvalorização da geografia escolar, gerada pelo não aprendizado da mesma nas escolas públicas, foi o que instigou uma professora e estudante de pós-graduação em geografia a realizar uma pesquisa, na qual fosse possível entender quais são os elementos do cotidiano das aulas de geografia, em uma escola pública estadual, que contribuem para o não aprendizado, e quais são as possibilidades de mudanças neste cenário. Nesta pesquisa a pesquisadora também é a professora responsável

pela disciplina, sendo assim possível fazer uma análise mais aprofundada dos elementos que direta ou indiretamente interferem na sala de aula.

Apesar da existência de um discurso de homogeneização das escolas, principalmente das públicas, afirma-se aqui que elas podem apresentar características muito semelhantes, mas também apresentam realidades diferentes. De acordo com EZPELETA e ROCKWELL (1989, p. 12-13)

* Aluna de doutorado em Geografia Humana pelo programa de pós-graduação do Depto. de Geografia da FFLCH/USP
Orientadora: Glória da Anunciação Alves - E-mail: sandrinhacp@usp.br

(...) *As versões críticas da escola, baseando-se na própria história documentada, demonstram por sua vez seu caráter reprodutor da ideologia dominante e das relações sociais de produção. Sustentam estas versões, com valoração oposta, o conceito de escola homogeneizante, cuja determinação fundamental é estatal e estrutural.*

Coexiste, contudo, com ela história e existência documentada, outra história e existência, não documentada, através da qual a escola toma forma material, ganha vida. Nesta história, a determinação e presença estatal se entrecruza com as determinações e presenças civis de variadas características. A homogeneidade documentada decompõem-se em múltiplas realidades cotidianas. Nesta história não-documentada, nesta dimensão cotidiana, os trabalhadores, os alunos e os pais se apropriam dos subsídios e das prescrições estatais e constroem a escola.

Esta pesquisa busca o cotidiano da sala de aula, entendido como o resultado da macroestrutura e da microestrutura, fazendo uso dos materiais que a escola tem disponível. Pretende-se partir da realidade da sala de aula, do trabalho diário do professor, da aplicação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo e dos resultados dos trabalhos dos alunos para discutir a existência de possibilidades de mudanças, gerando um ensino de geografia mais crítico e mais próximo da realidade do aluno, dentro do cenário encontrado pelos professores que trabalham na rede estadual de ensino, ou seja, a sala de aula com toda sua aparente dificuldade será o *locus* deste estudo, e é desta realidade que deverão surgir apontamentos de caminhos e prováveis mudanças.

O objetivo proposto não é somente focar a aplicação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo, mas fazer uma análise do cotidiano escolar, entendendo este como resultado de uma tríade formada pelo concebido, representado pela imposição de uma proposta (da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo) elaborada distante da realidade escolar; pelo percebido, que pode ser representado como a mediação entre o

que é imposto pelo Estado e as relações cotidianas, ou seja, a prática cotidiana; e pelo vivido, representado pelas possibilidades de mudanças, atitudes de resistências que podem levar à transformação.

a) *La pratique spatiale, qui englobe production et reproduction, lieux spécifiés et ensembles spatiaux propres à chaque formation sociale, qui assure la continuité dans une relative cohésion. Cette cohésion implique pour ce qui concerne l'espace social et le rapport à son espace de chaque membre de telle société, à la fois une compétence certaine et une certaine performance.*

b) *Les représentations de l'espace, liées aux rapports de production, à l' <<ordre>> qu'ils imposent et par là, à des connaissances, à des signes, à des codes, à des relations <<frontales>>.*

c) *Les espaces de représentation, présentant (avec ou sans codage) des symbolisme complexes, liés au côté clandestin et souterrain de la vie sociale, mais aussi à art, qui pourrnt éventuellement se définir non pas comme code de l'espace mais comme code des espaces de représentation.¹ (LEFEBVRE, 1974, p. 42 - 43)*

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo, entendida aqui como produto do concebido, foi elaborada com o objetivo de melhorar o ensino do estado em questão por meio de um currículo único e com material determinado e delimitado para o professor. Este material foi produzido por um grupo de especialistas que, em sua maioria, trabalham em ensino superior e/ou são autores de livro didático, ou seja, não estão ministrando aulas no ensino fundamental público, o que pode dificultar a realização de uma proposta que possa realmente se concretizar em sala de aula.

Para entender melhor o real objetivo, ou a essência da Proposta Curricular do Estado de São Paulo, faz-se necessário entender as mudanças que ocorrem na sociedade, focando as esferas política e econômica.

Com o estabelecimento do neoliberalismo e da globalização, prevalece o discurso do

pensamento único e da homogeneização, a qual é voltada também para o campo educacional, onde para melhorar as taxas de analfabetismo, atendendo às normas de órgãos mundiais, realizam-se políticas educacionais que visam a quantidade em detrimento da qualidade.

" Na construção do argumento de que no Brasil de hoje, de modo "específico", consolida-se, no governo FHC, uma "nova" divisão do trabalho no campo educacional, contrária aos interesses da classe trabalhadora, que começa a se gestar com a vitória de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República, no final de 1989 e que deverá nortear os rumos da educação do Brasil do ano 2000, levei em conta, como pressupostos básicos, um determinado conceito de trabalhador, um determinado conceito de escola e de formação profissional e também uma concepção determinada do papel a ser desempenhado pelo Estado brasileiro em relação à educação nacional, nos anos iniciais do século XXI, segundo a perspectiva do conjunto da força de trabalho.

(...)

A prioridade do governo FHC de universalização do ensino fundamental com qualidade para "os trabalhadores", repete, numa versão economicista, o jargão populista de educação do povo, do pobre, do carente, dos excluídos. Ao priorizar, como educação do trabalhador, a universalização com qualidade do ensino fundamental (Primeiro Grau completo) e novas estratégias de formação profissional (reforçando a permanência do atual sistema paralelo) o governo, atendendo às demandas empresariais quanto ao aumento do padrão mínimo de escolarização do trabalhador-cidadão, ratifica a exclusão educacional da maioria da classe trabalhadora, agora em um patamar superior da racionalidade, em que socializa-se a base do sistema escolar mas mantém-se inacessível o seu vértice, reproduzindo, de forma atualizada, no âmbito educacional, a estrutura de classes vigente em nosso país." (NEVES, 2000, p. 19-18)

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo se encaixa neste movimento de

universalização do ensino ligada à limitação da qualidade. Segue também a tendência de homogeneização, uma vez que estabelece um currículo único e também as estratégias para sua aplicação, transformando o ensino-aprendizagem em algo sequencial, com conteúdo e tempo determinado, diminuindo, assim, a possibilidade de criação na sala de aula.

Em primeiro lugar, uma discussão sobre o momento histórico que o Brasil vive no campo da "política" neoliberal (que, felizmente, hoje já vem sendo contestada, até mesmo em países do centro do capitalismo, como os Estados Unidos), mas que interfere profundamente na política educacional. No centro dessa política está a tentativa de transformar também a educação em mercadoria, determinando que a escola pública seja destinada àqueles que não podem pagar e a escola particular para os estratos aquinhoados da população."(PONTUSKA, 2000, p. 149)

Mesmo seguindo toda essa linha de pensamento da escola como mercadoria e do ensino-aprendizagem como um pacote único para todos, o Estado de São Paulo ainda apresenta resultados estatísticos ruins, ou seja, possibilita que a grande maioria das crianças frequente a escola, mas não consegue garantir o aprendizado desses alunos, então quando os alunos são avaliados pelo SARESP², por exemplo, o resultado da maioria é insatisfatório. E para justificar a falta de aprendizado, o Governo estabelece o professor como o culpado, seguindo contra os resultados científicos que apontam um contexto que envolve vários fatores como implicados no fracasso escolar.

A existência de um contingente de professores bem-qualificados e numericamente suficiente é uma das principais condições para a oferta de educação de boa qualidade. (...)

O nível de qualificação dos professores frequentemente é utilizado como critério para julgar a qualidade da educação oferecida. Há dois indicadores possíveis: o primeiro é o nível geral de desempenho educacional da equipe docente; o segundo é a porcentagem de

professores diplomados (ou capacitados) para o magistério segundo padrões nacionais. Os dois indicadores medem aspectos diferentes das qualificações dos professores, sendo que o primeiro indica suas qualificações educacionais gerais, e o segundo focaliza sua capacitação pedagógica” (UNESCO, 2004, p. 96-97).

Em meados dos anos 80 surge um momento crítico na pesquisa de educação no Brasil e na América Latina, que destaca a necessidade de superar estereótipos da escola, o descontentamento das abordagens da escola teórica e metodologicamente. O objetivo, neste momento, passa a ser conceber a escola como uma sociedade de classes e analisar quais as possibilidades desta instituição em tentar superar a desigualdade social existente, ou seja, ocorre uma redefinição do objeto de estudo, o foco mudou definitivamente da criança para a instituição e juntamente para o professor.

Entendemos que o conceito de competência ganhou popularidade, tanto nos meios acadêmicos quanto em todos os níveis do sistema escolar, à medida que as explicações do fracasso escolar das crianças das classes populares começaram a mudar de foco: dos alunos e suas famílias para a instituição escola. Em outras palavras, à medida que as explicações tradicionais baseadas na Teoria da Carência Cultural começaram a ser criticadas, a escola, o professor e suas práticas entraram novamente em cena, ganhando maior visibilidade, especialmente o professor. Em diversas ocasiões, análises simplistas identificam os professores como os responsáveis pelos sérios problemas observados nas escolas (SOUZA, 2006, p. 5).

Com base na ideia do despreparo do professor vários projetos e programas de formação continuada foram elaborados, com objetivo de preparar melhor o professor, e, por mais que estes tenham sido eficientes, o fracasso escolar permanece, pois não é só a formação do professor que pode mudar este cenário, esta formação tem que ser associada a outros elementos presentes no processo escolar (alunos, infraestrutura, carga horária, etc).

Apesar de todas as pesquisas já realizadas sobre a educação, que apontam que a sala-de-aula é um dos pontos de partidas mais importantes para uma transformação, os órgãos públicos, em geral, não consideram o cotidiano escolar em seus projetos e programas que visam à melhoria do ensino. Além disto, estabelecem Avaliações³ para professores com objetivos de pressioná-los a se atualizarem, mas não possibilitam melhores condições de trabalho e de formação.

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo é uma tentativa para a melhoria da qualidade de ensino (medida e registrada no levantamento estatístico educacional como o IDESP, por exemplo). Tal Proposta foi implementada pelo Governo sem uma prévia discussão com os professores, estes somente foram informados do estabelecimento desta e da necessidade de segui-la. Os professores da rede Estadual de ensino tiveram a oportunidade de opinar sobre uma pré-proposta por meio da *internet* no *site* da Secretaria Estadual da Educação, mas é importante colocar que não houve nas unidades escolares um esforço de divulgação da elaboração desta proposta, sendo que boa parte dos professores só tomou conhecimento desta quando do momento de sua aplicação.

No caso da geografia, mais especificamente na 5ª série, a proposta preliminar que se encontrava para discussão no *site* no final do ano letivo de 2007 é a mesma que se encontra no caderno de orientação anual da Proposta Curricular do Estado de São Paulo, conhecido como tarja preta⁴ entre os professores.

Esse fato nos leva a pensar em três hipóteses: a primeira é a de que nenhum professor acessou a Proposta para fazer sua crítica e sugestão; a segunda é a de que todos que acessaram concordaram na íntegra com a Proposta; e, finalmente, a terceira é a de que alguns professores acessaram mas suas críticas e sugestões não foram consideradas. Assim, é plausível entender que o governo simulou uma participação do corpo docente na elaboração da

Quadro 1: Conteúdos preliminares propostos para a 5ª série do ensino fundamental, à disposição no final do ano letivo de 2007, e Proposta Curricular de Geografia para o ano letivo de 2008.

1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre
<p><u>A paisagem</u></p> <ul style="list-style-type: none"> os ritmos e os ciclos da natureza: os objetos naturais o tempo histórico: os objetos sociais leitura de paisagem <p><u>Escalas da geografia</u></p> <ul style="list-style-type: none"> o mundo: as paisagens captadas pelos satélites o lugar : as paisagens da janela entre o mundo e o lugar 	<p><u>O mundo e suas representações</u></p> <ul style="list-style-type: none"> exemplos de representação: arte e fotografia um pouco de história da cartografia <p><u>A linguagem dos mapas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> o que é um mapa os atributos dos mapas mapas de base e mapas temáticos a cartografia e as novas tecnologias 	<p><u>Os ciclos da natureza e a sociedade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a história da Terra e os recursos minerais a água e os assentamentos humanos natureza e sociedade na modelagem do relevo o clima, o tempo e a vida humana 	<p><u>Atividades econômicas e espaço geográfico</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a manufatura e os circuitos das indústrias agropecuária e os circuitos do agronegócio o consumo e a sociedade de serviços

Fonte: www.educacao.gov.sp/fazendoescola, acessado em 09/12/2007 e Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Geografia/ Coord. Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008. p.47

Proposta, uma vez que abriu um canal para a participação dos professores, mas não fez a divulgação necessária para uma ampla participação e também não considerou as sugestões que eventualmente ocorreram.

É importante ressaltar que não houve uma consulta mais organizada e mais acessível aos professores, como já se realizou em outro momento na história da Educação, quando da Elaboração da Proposta da Cenp⁵. Neste momento da educação do Estado de São Paulo houve um envolvimento efetivo de grande parte dos professores, os quais tiveram, determinados pela Secretaria da Educação, um período e um lugar para reunião,

discussão e análise da Proposta Curricular apresentada na época em sua versão preliminar.

O Governo do estado de São Paulo se preocupa com a qualidade de ensino (muito em função da pressão de órgãos internacionais de fomento), e por isso tende a criar projetos e programas que visem à melhoria e à avaliação do ensino, só que nestes a experiência do professor e o cotidiano escolar são colocados em segundo plano, ainda que no discurso, como vemos no grifo abaixo, isto seja lembrado.

São Paulo foi pioneiro na reformulação curricular que acompanhou o processo de

redemocratização do país entre 1980 e 1990. Muito do que aqui foi produzido influenciou orientações curriculares de outros estados e até mesmo os Parâmetros Curriculares Nacionais. Os esforços feitos até o momento foram insuficientes para garantir a aprendizagem dos alunos nos níveis desejados, como demonstram os resultados do SAEB (hoje PROVA BRASIL), do ENEM e avaliações internacionais.

É preciso reconhecer ainda que propostas curriculares bem formuladas, diretrizes, ou mesmo os PCNs, demandam um gigantesco esforço complementar centrado na escola e na figura do professor, cuja prática inspira este projeto.

Ao propor, coordenar e avaliar o desenvolvimento curricular, a Secretaria de Educação do Estado dá continuidade aos esforços anteriores para completar o percurso final entre as diretrizes, parâmetros e propostas didáticas, explicitadas nas diversas práticas realizadas nas salas de aula e nas escolas. (grifo da autora)

(Fonte: www.educacao.gov.sp/fazendoescola, acessado em 09/12/2007.)

A Proposta Curricular, apresentada em 2008 pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, prioriza o currículo único e o controle das atividades de aprendizagem desenvolvidos em sala, diminuindo a autonomia do professor, e formando alunos com pensamentos linear e limitado.

A ação que se desenrola em ritmo acelerado para construção da proposta curricular estadual é organizada em torno de três eixos bem específicos, mas complementares em princípios e ações.

O primeiro deles contém a proposta curricular propriamente dita e apresenta as idéias norteadoras de todo o trabalho e também os conceitos estruturantes de todas as áreas e suas disciplinas considerando série e nível com sugestões de organização bimestral das atividades de ensino.

No segundo eixo, temos a oferta de um conjunto de boas práticas que maximizam a

gestão do currículo na escola. Pretende ter como interlocutores os diretores, vice-diretores, professores coordenadores, assistentes técnico-pedagógicos e supervisores.

O terceiro eixo trata da gestão do currículo na sala de aula e estrutura um material de apoio às atividades do professor com sugestões de aulas, de materiais complementares, de avaliação e até de projetos de recuperação paralela. (Fonte: www.educacao.gov.sp/fazendoescola, acessado em 09/12/2007)

Por meio deste discurso pode-se fazer a interpretação de que a resolução do problema se encontra na proposta de um currículo, de sugestões de atividades, de avaliação e de recuperação. Ainda que não explícito, parte da concepção de que o problema atual é o professor que, incapaz de resolver problemas que resultam em baixo índices de avaliação, deve ser direcionado passo a passo para realizar as atividades de sala de aula, entendendo essa de modo generalizado, como se todas as classes e escolas tivessem as mesmas realidades e problemas.

Estes elementos (proposta, sugestão de atividades, avaliação, recuperação) podem sim contribuir para uma melhoria, mas não são suficientes para resolver o problema, mesmo por que a aplicação destes depende do nível de aprendizado em que os alunos se encontram e material de apoio disponível, bem como da formação do professor para trabalhar esse material, que, se mal formado, simplesmente repetirá o que se encontra na "apostila", não sendo muito diferente do material antes utilizado (o livro didático).

A mensagem de abertura do primeiro Caderno do Professor, da Proposta Curricular mostra o descaso que o Estado tem com o cotidiano escolar, este que pode ser entendido como instrumento e meio principal para a melhoria do ensino, pois é no cotidiano que se encontram os momentos de criação que podem levar a mudanças e transformações. A hipótese aqui levantada é a de que os especialistas têm muito a contribuir, mas suas teorias devem ser

somadas ao cotidiano escolar, onde a prática acontece.

Prezado professor,

Iniciamos em 2008 uma nova jornada de trabalho para atender uma das prioridades da área de educação neste governo: o ensino de qualidade.

Sabemos que o alcance desta meta é concretizado essencialmente na sala de aula, pelo professor e seus alunos. Por essa razão, com o intuito de facilitar tal trajetória, este documento foi elaborado por competentes especialistas na área de educação. Com o conteúdo organizado por bimestre, o Caderno do Professor oferece orientações completas para o desenvolvimento das situações de aprendizagem proposta para cada disciplina. Esperamos que você aproveite e implemente as orientações didático-pedagógicas aqui contidas. Estaremos atentos e prontos para esclarecer dúvidas ou dificuldades, e promover ajustes ou adaptações que aumentem a eficácia deste trabalho.

Aqui está nosso novo desafio. Com determinação e competência, certamente iremos vencê-los!

Conto com vocês.

Maria Helena Guimarães de Castro

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

*(ARAUJO, Regina. **Caderno do Professor. Geografia: ensino fundamental. 5ª série 1º bimestre/Regina Araujo.** - São Paulo: SEE, 008).*

O objetivo proposto é o mesmo que a maioria dos educadores da rede pública ou particular defende: ensino de qualidade. Entretanto se esta meta só pode ser alcançada em sala de aula, envolvendo professor e aluno, por que não foi feito um sistema de participação dessas partes envolvidas (como ocorreu na

proposta da CENP em 1992) na elaboração da Nova Proposta?

A elaboração da Proposta por competentes especialistas da área de educação, converge para o discurso de má formação e preparação do professor, que é veiculado constantemente na mídia e também despreza a experiência de anos e anos em sala de aula, que poderia fornecer vários elementos que contribuiriam na formulação da Proposta.

A análise do processo de implantação desta proposta leva ao entendimento inicial de que o principal problema da educação é a falta de preparo do professor. Esse problema aparentemente pode ser resolvido com um caderno que determina o conteúdo que o professor vai trabalhar e as formas de desenvolvê-lo, e também com sistemas de avaliações que são utilizados para classificar a qualidade do professor.

Temos por hipótese que, com o estabelecimento dessa proposta curricular, o trabalho do professor será mais restrito, uma vez que ele perde a liberdade de escolha do conteúdo a ser trabalhado e de como realizar esse trabalho, limitando a capacidade criadora deste professor e, muitas vezes, levando a um empobrecimento do trabalho do professor em sala de aula.

Faz-se necessário refletir que a elaboração de propostas curriculares pode sim contribuir para a melhoria da educação, desde que elas sejam elaboradas considerando o cotidiano escolar e, para que isto aconteça, é indispensável a participação do professor nessa elaboração, pois a aplicação desta e seu sucesso dependerá em grande medida deste sujeito. Ou seja, é necessário uma maior relação entre o concebido, que aqui se apresenta na figura da Proposta Curricular e o vivido, a partir das relações entre professor-aluno no ambiente escolar, abrindo a possibilidade de melhoria do ensino.

Notas

¹ Tradução própria: a) A prática espacial, que engloba produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação

social, que assegure a continuidade em uma relativa coesão. Esta coesão implica no que concerne ao espaço social e a relação ao espaço

de cada membro de tal sociedade, por sua vez a uma competência certa e uma certa performance.

b) As representações do espaço, ligadas às relações de produção, a "ordem" que os impõem e por aí, a dos conhecimentos, a dos signos, a dos códigos, a relações "frontais".

c) Os espaços de representação, presente (com ou sem codagem) dos simbolismos complexos, ligados ao lado clandestinos ou subterrâneos da vida social, mas também na Arte, que poderia eventualmente se definir não como código do espaço mas como o código do espaço de representação.

² Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

³ O Governo estabeleceu avaliações escritas em forma de concursos para os professores contratados,

relacionando seu desempenho na prova à escolha de aulas, e para o professores efetivos, relacionando o resultado da prova a aumento salarial, denominado pelo Governo como Promoção por Mérito.

⁴ Essa denominação de Tarja Preta ocorreu devido á formatação do caderno, que possui a capa dividida em duas partes, uma preta e uma branca, mas também faz alusão aos remédios que são utilizados com restrições médicas por serem muito fortes e que devem ser tomados corretamente, da mesma forma que foi "receitada" com obrigatoriedade a Proposta Curricular.

⁵ CENP – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Proposta Curricular para o ensino de geografia, 1988.

Referências Bibliográficas

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Cortez, 1989.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Brasil 2000: nova divisão de trabalho na educação*. 2ed. São Paulo: Xamã, 2000.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia, representações sociais e escola pública. In: *Terra Livre: Geografia Política e cidadania*. n. 15. ano 2000. AGB págs 145-154.

SÃO PAULO (ESTADO) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. *Caderno do Professor: geografia, ensino fundamental – 5ª série, 2º bimestre / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; equipe: Jaime Tadeu Oliva, Raul Borges Guimarães, Regina Célia Corrêa de Araújo, Sérgio Adas, Angela Corrêa da Silva*. – São Paulo: SEE, 2008.

SÃO PAULO (ESTADO) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. *Caderno do Professor: geografia, ensino fundamental – 5ª série, 3º bimestre / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; equipe: Jaime Tadeu Oliva, Raul Borges*

Guimarães, Regina Célia Corrêa de Araújo, Sérgio Adas, Angela Corrêa da Silva. – São Paulo: SEE, 2008.

SÃO PAULO (ESTADO) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. *Caderno do Professor: geografia, ensino fundamental – 5ª série, 4º bimestre / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; equipe: Jaime Tadeu Oliva, Raul Borges Guimarães, Regina Célia Corrêa de Araújo, Sérgio Adas, Angela Corrêa da Silva*. – São Paulo: SEE, 2008.

SÃO PAULO (ESTADO) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Geografia*. Coordenadora Maria Inês Fini. São Paulo: 2008.

SOUZA, D. T. R. A formação continuada de professores como estratégia fundamental para a melhoria da qualidade de ensino: uma reflexão crítica. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n3, 2006..

UNESCO. *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2003/4: Educação para todos: gêneros e educação para todos: o salto para a igualdade*. Tradução B&C Revisão de Textos S/C. Ltda. São Paulo: Moderna, 2004.

Trabalho enviado em outubro de 2009
Trabalho aceito em dezembro de 2009